

A empatia e a acessibilidade: estudo de caso em Cuiabá

Maristela Carneiro¹

Tula Kirst Romani²

Resumo

O artigo explora a relação entre individualismo e acessibilidade no espaço urbano, concentrando-se nas calçadas de Cuiabá. O estudo examina como a apropriação indevida das calçadas para fins privados reflete o pensamento individualista e impacta negativamente a mobilidade e a segurança de pessoas com mobilidade reduzida e mulheres, especialmente aquelas envolvidas no trabalho de cuidado. A análise revisa a literatura sobre individualismo, destacando autores como Byung-Chul Han (2015, 2017, 2018, 2022) e Zygmunt Bauman (2007), e aborda questões de gênero no urbanismo, com referência a Leslie Kern (2021). A pesquisa de campo registra exemplos de calçadas indevidamente empregadas por indivíduos e propriedades particulares, por exemplo, que impedem o trânsito seguro dos pedestres. O artigo aponta que o descaso com a acessibilidade e a falta de consciência coletiva representam desafios significativos para a vida das mulheres em espaços urbanos e oferece recomendações para políticas públicas e futuras pesquisas sobre o tema.

Palavras-Chave: Individualismo; acessibilidade; urbanismo; trabalho de cuidado; gênero e espaço público.

1. Introdução

De acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência), a acessibilidade é a possibilidade de que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizem, com segurança e autonomia, os espaços, o mobiliário, os equipamentos urbanos, as edificações, o transporte e os meios de comunicação (Brasil, 2015).

Uma revisão integrativa, realizada por Cruz, Pinto, Figueiredo, Sé, Fernandes e Machado em 2020, a respeito das barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, concluiu que as barreiras arquitetônicas (obstáculos construídos que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas com alguma incapacidade transitória ou permanente e limitam a ocupação dos espaços por esses indivíduos) são o principal elemento de impedimento para a realização das atividades por essas pessoas (Cruz et al., 2020). As calçadas são elementos que merecem especial atenção neste quesito, pois são as vias de conexão entre os diversos pontos da cidade para os pedestres. Em Cuiabá, a responsabilidade pela construção, conservação e manutenção das calçadas é do proprietário do imóvel lindeiro ao passeio público e, embora a prefeitura possua uma série de dispositivos para que essa

¹ Doutora em História; Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – PPGECCO/UFMT; Cuiabá, Mato Grosso; maristelacarneiro86@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea PPGECCO-UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; tulakirst@gmail.com

relação de compromisso com o espaço público seja respeitada, a grande quantidade de passeios não acessíveis ou mal empregados demonstra que esses mecanismos não estão sendo eficientes, seja por deficiência no serviço como um todo, por direcionamento de esforços a algum bairro ou região não coberta pelo estudo, por estarem completamente desativados ou mesmo inexistentes.

A realidade observada neste estudo é um reflexo importante do pensamento individualista em prejuízo do coletivo. Muitas calçadas são inacessíveis não só pela ausência de manutenção, o que poderia indicar limite de recursos por parte dos agentes responsáveis por seu cuidado, mas porque, informalmente autorizados por um sistema de controle precário e ineficiente, os proprietários dos lotes assumem a calçada como seu domínio, não apenas como bem público sob sua responsabilidade. Isso fica evidente quando, como veremos adiante, os donos dos lotes lindeiros à via utilizam as calçadas para acomodar soluções para problemas que deveriam ser resolvidos dentro dos limites de sua propriedade. Como veremos, isso é uma situação comum, à qual muitas pessoas recorrem, mesmo que isso signifique o sacrifício do benefício coletivo do acesso livre e seguro para todos.

Essa atitude gera questionamentos acerca da consciência da responsabilidade dos cidadãos para com as pessoas com as quais dividem o espaço na cidade, especialmente aquelas que dependem das calçadas para realizar suas atividades diárias, como ir e voltar do trabalho, fazer compras, levar crianças à escola, à creche e outras atividades, acompanhar idosos ou pessoas em geral que necessitam de auxílio, e que estão além da sujeição desses indivíduos ao atendimento à leis e normas, posto que, como veremos, a fiscalização referente a essas apropriações que causam prejuízo à população não são eficientes em Cuiabá.

O objetivo deste artigo é explorar a relação entre o individualismo, tratado aqui como uma das características da contemporaneidade, a falta de acessibilidade nas calçadas da cidade e os reflexos disso na vida das mulheres no contexto urbano. Para este fim foi realizado um estudo de caso a partir de calçadas que foram indevidamente apropriadas por entes particulares e uma análise das formas como isso afeta a vida de mulheres na cidade.

O trabalho foi dividido em cinco partes. Na primeira, tópico 2, apresentaremos um panorama dos principais elementos que constroem o pensamento que norteia este trabalho. Começaremos com referências ao individualismo como uma característica da contemporaneidade, utilizando o autor Byung-Chul Han, seu entendimento a respeito desse comportamento e suas consequências para o indivíduo nos dias de hoje. Traremos também o pensamento de Zygmunt Bauman e sua explicação sobre a redução na confiança das pessoas

nos órgãos governamentais e o sentimento de abandono que isso gera, além da sensação de que acaba sendo necessário, para terem cobertos os assuntos que as instituições apregoam realizar com efetividade, assumir individualmente responsabilidades como saúde, segurança e regulação a respeito do espaço dentro da cidade. Essa falta de confiança na regulação e controle institucional sobre aspectos tão importantes da vida no coletivo reforça o pensamento individualista a que se refere Han. Em seguida, traremos alguns aspectos da relação das mulheres com o trabalho do cuidado e com a cidade e apontaremos alguns elementos que moldam essa relação.

Na segunda parte, tópico 3, discutiremos algumas questões do regulamento existente em relação aos passeios públicos em Cuiabá e traremos as informações relativas ao motivo de ter sido esse o objeto do estudo deste trabalho, juntamente com algumas imagens que ilustram os pontos abordados. Na terceira parte, tópico 4, apresentaremos discussões e questionamentos que percorrem as relações trazidas pelo trabalho e, na quarta parte, tópico 5, faremos nossas considerações finais, momento no qual apresentaremos nossas conclusões sobre o que foi discutido e traremos sugestões para novas possibilidades de estudos surgidos a partir do processo de pesquisa para o desenvolvimento deste artigo.

A comparação entre as informações bibliográficas sobre o momento histórico que vivemos de individualismo exacerbado, ausência de interesse no outro e na coletividade, além da descrença nas instituições públicas e os espaços registrados na pesquisa de campo confirmaram a hipótese de que as mulheres são especialmente afetadas por essas ações de desrespeito aos passeios públicos.

2. Ausência de empatia

2.1. A contemporaneidade e o individualismo

De acordo com Byung-Chul Han (2022), estamos vivendo um momento em que o homem está mergulhado em um sistema de supervalorização do eu, em que a percepção do outro está deixando de existir. Esse sistema é retroalimentado por uma série de componentes, que são próprios do nosso tempo e que agem em conjunto, fazendo com que a nossa percepção do outro seja reduzida de forma exponencial. A homogeneização gerada pela globalização, facilidade de acesso à informação, grande quantidade de informação disponível, padronização de formas de consumo e produtos, comportamentos, valores e estilos de vida, e

a positividade, que apregoa a inexistência de barreiras para se atingir os objetivos, sugerem o fim dos limites.

O tempo no qual havia o outro passou. Desaparece o outro como mistério, o outro como sedução, o outro como Eros, o outro como desejo, o outro como inferno, o outro como dor. A negatividade do outro dá lugar, hoje, à positividade do igual. A proliferação do igual constitui as transformações patológicas que afligem o corpo social. (Han, 2022, p.6)

Os limites também estão se reduzindo em termos espaciais, não só pela ampliação das possibilidades de deslocamentos, mas também por não haver mais a necessidade deles para um contato com qualquer que seja aquilo que não está fisicamente perto, devido, entre outras coisas, às facilidades proporcionadas pela tecnologia e pela internet. Para Han (2022), o sujeito resultante deste processo é um sujeito totalmente positivo, para o qual não existem limites ou regramentos. Ele pode tudo, transforma-se em um ser autocentrado, narcisista e único regulador de todas as suas experiências. Como o outro só pode ser percebido a partir do momento em que apresenta ou se oferece um limite a partir do qual eu posso percebê-lo, para o indivíduo positivo contemporâneo o outro não é percebido em profundidade suficiente para que seja considerado, trazendo como consequência o fim da alteridade.

Han (2015) usa o pensamento imunológico para explicar sua lógica. Segundo ele, até recentemente vivíamos em um período imunológico, onde o outro era percebido com relevância, onde sua negatividade era evidente e causava uma reação imunológica. Neste momento ainda tínhamos ferramentas para perceber esse outro. Agora estamos passando para um período em que esse estranho não causa mais reação, ele passa a fazer parte, assume o lugar do exótico e não daquele contra o qual é preciso defesa. Zygmunt Bauman corrobora esse pensamento ao apontar que estamos caminhando na direção de uma “comunidade da semelhança” (Bauman, 2007, p.81), a homogeneização ameniza as possibilidades de atrito entre os entes. Globalização, comunicação sem fronteiras, comércio, sistemas econômicos: estamos sob um mesmo conjunto de configurações que rege a todos da mesma forma.

Também atuam sobre essa construção as mídias sociais e os encontros e reuniões virtuais, pois elas nos permitem um tipo de interação que não é física, e, embora facilite contatos que talvez nunca acontecessem por conta das condições temporais e espaciais que nos condicionam, ele oferece uma experiência muito limitada do outro. Neste tipo de contato virtual, tanto a conexão quanto o desligamento geram consequências de pouco impacto: não vemos o outro se aproximar ou se afastar, não o tocamos, não apertamos as mãos, e o reconhecimento do outro passa a ser o de um igual na tela. Também não podemos dizer que

há experiência nos desligamentos ou nas conexões; caímos de reuniões sem grandes explicações, desligamos a câmera ou não nos manifestamos sem que isso cause desconforto ou constrangimento como aconteceria em uma sala de aula, de reunião ou na sala de estar na festa de confraternização entre amigos. Esses contatos virtuais “representam um estágio de atrofia social” (Han, 2017, p. 9). Neste formato, as pessoas não experienciam todo o pacote que vem com a interação social e o contato físico, nelas as distâncias virtuais desaparecem, mas aumentam as distâncias físicas e, como resultado, diminuem as oportunidades de configuração de experiências com o outro. Sem a percepção do outro, desaparece a alteridade por meio da qual o outro se configura, degradando as possibilidades de desenvolvimento de pensamento voltado à comunidade e a vida em coletividade.

Zygmunt Bauman (2007) acrescenta ainda uma nova característica dos tempos modernos que influencia as relações nos dias de hoje. Segundo o autor, estamos passando de uma fase sólida para uma fase líquida da modernidade, usando esses estados da matéria como metáfora. Nessa nova fase, nossas referências já não nos fornecem segurança, pois estão em constante mutação, acomodando-se a novas formas de existir. Conexões mundiais buscando controles locais, enfraquecimento de instituições governamentais que não conseguem ajustar protocolos e legislações na mesma velocidade dos acontecimentos, além da sujeição de uma série de aparatos ao mercado, exigem adaptações e mudanças de pensamento e atitudes constantemente. Tudo isso favorece o pensamento autocentrado do indivíduo que não sente mais segurança naquilo que antes nos oferecia referências para comportamentos, objetivos e crenças devido a sua alta mutabilidade, e que acaba sentindo a necessidade de assumir a responsabilidade sobre as coisas que o cerca para si. O indivíduo para a definir suas crenças, suas metas, a forma como será realizada a segurança, seus objetivos, o que é e o que não é bom pra si, mesmo que não tenha informações seguras o suficiente para fazê-lo.

Muito além dos aspectos destrutivos do excesso de positividade sobre o próprio indivíduo, apontado por Han, (2015, 2017a, 2017b, 2018), o aspecto que interessa a este trabalho é justamente a perda de alteridade associada a esse pensamento autocentrado contemporâneo. A ausência da privação, repressão ou negação leva o comportamento individual ao enfraquecimento da vida coletiva, do compromisso com uma comunidade e do valor atribuído às relações interpessoais profundas. Como não se percebe mais o outro, suas dores e necessidades, não há como pensar em cuidado com o bem-estar alheio ou do conjunto, e esse descaso reflete na forma como se percebe a responsabilidade individual pelo espaço público.

2.2. As mulheres, o trabalho do cuidado e a cidade

As mulheres são especialmente prejudicadas quando a vida em coletividade deixa de ser a prioridade e o espaço público não recebe esforços e atenção. Segundo Leslie Kern (2021) e Jane Jacobs (2011), as mulheres ocupam os espaços públicos de modo muito mais intrincado do que os homens. Seus deslocamentos não são lineares, como os deles, que mais frequentemente saem para o trabalho de manhã e só voltam no final da tarde. Os deslocamentos femininos são repletos de complexidades que os homens raramente experienciam. Mesmo quando apenas se deslocam para o trabalho, como os homens, as mulheres geralmente precisam fazer paradas extras para deixar os filhos na creche, fazer compras para a casa ou para o local de trabalho. Além disso, devido às relações desiguais com relação ao gênero no mundo formal de trabalho (Hirata, 2002), muitas mulheres tiram seu sustento do trabalho informal que, em muitos casos, é realizado em espaços públicos, o que torna suas relações com a cidade mais profundas.

Essas costuras femininas pelos caminhos na cidade, embora já representem elementos adicionais na relação que se pode ter com o ambiente urbano, não constituem sozinhas a complexidade a que se refere Kern (2021). No espaço público, as pessoas estão expostas a todo tipo de situação que pode ser gerada pela interação com o outro e, segundo a autora, essa relação também é mais delicada em se tratando do corpo feminino no espaço urbano sob diversos aspectos. Um destes aspectos, e talvez o mais evidente, é que as mulheres raramente têm seu espaço pessoal respeitado dentro da cidade, fazendo com que a insegurança e o medo sejam constantes para elas nesse ambiente. Isso ocorre não só por possuírem, em geral, um corpo mais frágil que o dos homens, o que as torna alvo mais comum para roubos e assaltos, mas também devido a vários fatores enraizados no patriarcado e associados à cultura do estupro, como a sujeição a assédios de vários tipos pelo simples fato de serem mulheres.

Outro fator preponderante na construção dessa complexidade é o aparato rotineiro de proteção necessário para enfrentar a cidade, algo que demanda tempo, planejamento, atenção e recursos. Desvios de rotas ou ampliação das distâncias percorridas para evitar lugares considerados perigosos, adaptação da aparência para não chamar atenção indesejada e evitar abordagens, e a manutenção constante de um estado de alerta para toda e qualquer situação são componentes do cotidiano feminino na cidade com os quais os homens não precisam se preocupar. A moradia a preços acessíveis pode ser inacessível se estiver em uma área insegura. Esses custos raramente são contabilizados, mesmo quando se discutem coisas como

o 'imposto cor-de-rosa'. Talvez mais óbvios, embora ainda subestimados, sejam os custos suportados quando as mulheres evitam as opções mais baratas de deslocamentos pela cidade como andar de bicicleta ou a pé para evitar o assédio. (Kern, 2021).

Segundo Helena Hirata (2016, 2022) e Silvia Federici (2019), o trabalho de cuidado, que inclui a gestão do lar e das rotinas familiares, além do cuidado de crianças, idosos e pessoas incapacitadas temporária ou permanentemente, é frequentemente atribuído às mulheres com base em construções sociais de gênero, divisão sexual do trabalho e o patriarcado. Marília Duarte de Souza e Deise Luiza Ferraz (2023) acrescentam que, mesmo quando não são realizados gratuitamente por um membro da família, esses serviços são oferecidos, geralmente por mulheres, em troca de uma remuneração baixa devido à pouca especialização exigida para sua execução e à grande oferta de mão-de-obra. Essas características colocam esse trabalho em um espaço de invisibilidade que afeta o planejamento e a organização dos espaços públicos, pois as decisões sobre esses lugares acabam não levando em consideração as necessidades específicas das ações que envolvem a atividade do cuidado, por serem classificadas como menos importantes.

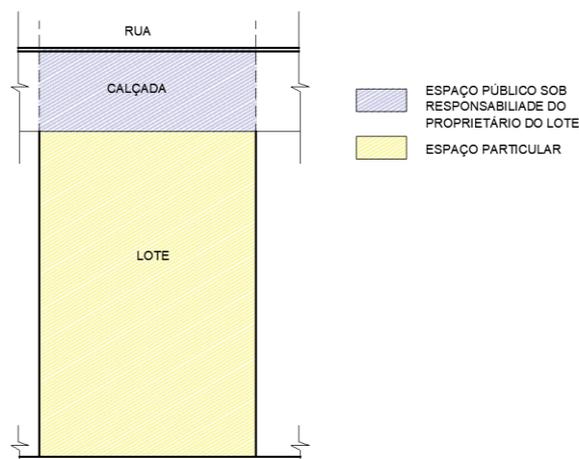
3.A calçada

A acessibilidade, especialmente a arquitetônica, é uma ferramenta essencial para a realização de deslocamentos, seja em recintos fechados ou na malha urbana, e compõe o escopo dos equipamentos necessários para a realização do trabalho de cuidado com qualidade e segurança. As calçadas, em especial, são as vias de conexão entre as várias ilhas (escola, mercado, farmácia, trabalho, etc) dentro da cidade, possibilitando o deslocamento das residências aos parques, ao posto de saúde, ao mercado, às escolas, aos pontos de ônibus, entre outros locais associados à assistência, ao lazer, à educação e ao suporte ao cuidado. Quando não acessíveis, as calçadas se tornam barreiras para o deslocamento seguro pela cidade, causando, muitas vezes, o confinamento ao domicílio, tanto do assistido quanto do cuidador, sejam eles pessoas com mobilidade reduzida, idosos ou as mulheres responsáveis por eles.

3.1. Espaço público das calçadas e as responsabilidades legais

De acordo com o Código de Posturas do Município de Cuiabá e conforme o artigo 229 da Lei Complementar nº 4, de 24 de dezembro de 1992, é de responsabilidade dos proprietários de lote a construção e manutenção do passeio em toda a testada dos terrenos localizados em logradouros públicos providos de meio-fio e asfalto. A Figura 1 apresenta um esquema das áreas de posse e de responsabilidade dos espaços na cidade.

Figura 1 – Condição de responsabilidades quanto aos passeios públicos na cidade



Fonte: Das autoras, 2024.

esmo estando essa responsabilidade nas mãos dos proprietários dos lotes, a prefeitura oferece, de acordo com seu site oficial, uma série de mecanismos de orientação para que a acessibilidade seja assegurada nesses espaços. Entre eles estão o fornecimento de guias e cartilhas baseadas na NBR 9050³, Norma Brasileira Regulamentadora (que define os parâmetros para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos, e estabelece padrões específicos de dimensões, características e materiais que devem ser utilizados para garantir a acessibilidade aos usuários) e incentivos à adequação dos passeios públicos existentes, como isenção de multas para adequações realizadas dentro de um novo prazo negociado, plantas padrão e/ou orientações técnicas para a execução dessas obras. A prefeitura possui ainda mecanismos de controle, como a fiscalização, realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável e pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), que verifica o cumprimento das normas de acessibilidade, conservação e segurança dos passeios públicos por meio de vistorias periódicas, recebimento de denúncias e aplicação de notificações e multas para os proprietários que não cumprirem as exigências.

Todos esses mecanismos, no entanto, têm se mostrado falhos, pois muitas calçadas de Cuiabá não estão de acordo com as normas e diretrizes municipais para sua construção e manutenção. Além disso, pouco se vê em termos de ações para regularizar ou adequar essas calçadas, de modo que o tráfego de pedestres sobre elas possa ocorrer de forma segura. Materiais de revestimento inadequados, inclinação irregular, ausência de sombreamento e, especialmente, a construção de elementos privados sobre o passeio, que acabam se configurando como barreiras para os pedestres, são bastante comuns. Esse tratamento dado às calçadas as transforma em mero aparato de distanciamento entre a via e o limite dos lotes na cidade, quando, na realidade, elas deveriam ser um espaço seguro, confortável e acessível de conexão de uso público coletivo entre os diversos pontos da cidade.

3.2. O percurso e os passeios analisados

Como mencionado na introdução deste trabalho, o percurso utilizado para o estudo é uma rota de 6,9 km na região leste da cidade de Cuiabá. Trata-se de um trajeto de observação exploratória longo, que foi realizado de carro, nos dias úteis entre os meses letivos de fevereiro de 2022 e dezembro de 2024 no período da manhã, por uma das autoras ao levar seu

³ <https://cauba.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/ABNT-NBR-9050-15-.pdf>

filho para a escola, como parte de suas próprias funções de cuidado. As imagens que fazem parte deste trabalho foram produzidas em um único dia, em um período de cerca de uma hora, tempo aproximado para a realização do percurso em questão nos sentidos de ida (de casa para a escola) e de retorno (da escola para casa depois de deixar o filho) no começo da manhã.

Durante o levantamento, foram verificadas diversas situações que comprometem a acessibilidade nos passeios públicos ao longo do percurso estudado. A maioria apresenta problemas pequenos de manutenção, como revestimentos rachados e pisos soltos, que, embora também dependam da atuação da prefeitura e dos proprietários dos lotes para retornarem a condições aceitáveis de acessibilidade, podem ser facilmente reparados. Além disso, esses defeitos não caracterizam necessariamente um desrespeito intencional, ligado ao descaso com a cidade, com a vida em coletividade e com os pedestres, podendo, ao invés disso, estar relacionados ao uso intenso desses equipamentos e/ou à ausência de recursos financeiros para a realização das obras de manutenção na frequência necessária.

O tipo de barreira que motivou este trabalho e que será discutido é aquela imposta pelo indivíduo que, por desconhecimento dos seus limites de atuação sobre o espaço onde está inserido, por ignorância em relação às suas responsabilidades quanto ao espaço público, por acreditar que suas ações não serão punidas ou por considerar ter mais direitos sobre a cidade do que os outros, invade o espaço público para atender demandas individuais, desconsiderando o direito ao espaço público das outras pessoas.

Os primeiros exemplos de desrespeito abordados neste trabalho são aqueles em que o passeio público é ocupado de forma indevida, embora temporária, tornando-o inacessível pelo tempo em que essa ocupação acontecer. Importante frisar que esse tipo de ocupação pode durar meses trazendo transtornos de outras ordens para toda a comunidade, pois, além de impedirem o acesso livre e desimpedido ao passeio público, acabam se tornando abrigo para animais peçonhentos e ratos. As Figuras 2 e 3 da página seguinte ilustram bem essa situação. Em ambos os casos é possível verificar mulheres em processo de utilização do espaço público de conexão na ação do cuidado.

Figura 2 – Cuidadora e assistido caminhando na rua para desviar de entulhos acomodados sobre o passeio público.



Figura 3 – Idosa com sacola de compras caminhando na rua para desviar de entulhos acomodados sobre o passeio público.



Fonte: Acervo das autoras, 2024

Nesses dois casos, é inquestionável que o local destinado ao pedestre foi assumido como um depósito a céu aberto para rejeitos de vários tipos. É evidente que a pessoa que

deixou esses resíduos sobre o passeio público removeu esse material para limpar ou desobstruir o seu espaço privativo, seja ele do interior da residência ou do próprio lote, ou seja, há um entendimento de que esse material gera desconforto e limitações quando ao uso do espaço. Removendo-o o seu problema particular se resolve, mas o traslado deste entulho da porção particular do espaço para a área pública apenas transfere o problema para outras pessoas que agora não podem mais contar com o passeio público para seus deslocamentos.

Outro tipo de apropriação do espaço público das calçadas, bastante comum no percurso realizado, é apresentado nas Figuras 4, 5 e 6 a seguir. Nelas, verifica-se o avanço de estruturas arquitetônicas. Essa solução é recorrente e geralmente acontece quando os proprietários se apropriam do passeio, na tentativa de acomodar diferenças de níveis entre as construções e o meio-fio sem prejuízo do espaço privativo do lote. Esta solução, como aquelas apontadas nas 2 figuras anteriores, compromete completamente a acessibilidade na calçada.

Figura 4 – A escada externa (em branco), recém executada, se estende sobre toda a extensão do passeio público.



Fonte: Acervo das autoras, 2024

Figura 5 – O espaço da calçada foi rebaixado em toda sua extensão transversal.



Fonte: Acervo das autoras, 2024

Figura 6 – O espaço da calçada foi elevado em toda sua extensão transversal.



Fonte: Acervo das autoras, 2024

Estas figuras mostram apropriações indevidas do espaço público que foram feitas para acomodar uma situação que não existia no início da história dessas construções. Como pode ser percebido pelas imagens, esses lotes possuem trechos em conformidade com o nível do passeio, que provavelmente eram os acessos originais desses lotes. Com o passar dos anos, algumas construções tiveram seu uso alterado e, com essas alterações (como no caso de abertura de novos acessos voltados a vias que não estão na mesma cota do lote), surgiu a necessidade de adaptação dos níveis. A questão é que essa adaptação consome muitos recursos quando realizada em um espaço já construído, como aqueles dentro dos lotes onde a

construção já está consolidada, sendo muito mais fácil e barato utilizar o espaço livre dos passeios para a realização dessas adaptações.

4. Discussões

É fundamental conscientizar-se, ao ler este trabalho, de que estas imagens e situações não são as únicas que demonstram o descaso com os passeios públicos em Cuiabá. Não estamos aqui normalizando ou diminuindo a importância da manutenção constante dos passeios públicos, onde desgastes ligados ao uso e ao tempo se apresentam, como rachaduras e revestimentos soltos. Mas como foi apontado anteriormente esses defeitos não estão necessariamente ligados ao descaso deliberado com a cidade e à falta de empatia com o próximo, pois podem refletir outras dificuldades, como o uso intenso do equipamento urbano e/ou a falta de recursos para a manutenção que podem ser momentâneas.

O que chama atenção nesse levantamento é que, em um curto percurso, e em apenas uma hora de coleta de imagens, feitas nos momentos em que foi possível parar o veículo para o registro, foi possível realizar esses cinco flagrantes, dois deles representando diretamente a maneira como esse desrespeito afeta as mulheres e o trabalho de cuidado. É importante também ressaltar que esses não foram as únicas percepções, mas sim aquelas que melhor ilustram o que a falta de empatia está fazendo com os espaços públicos de passeio em nossa cidade, pois demonstram a intenção de apropriação do espaço público em benefício de um indivíduo, ou de apenas uma família, mesmo que isso represente uma barreira intransponível para várias pessoas que utilizam o passeio público diariamente.

A julgar pela característica de consolidação no tempo dessas alterações irregulares na cidade, verificável pelo desgaste nas estruturas que as compõem, surge um questionamento sobre a efetividade do sistema de controle em relação a essas intervenções. Aparentemente não há fiscalização quanto a essas apropriações indevidas do espaço público. Neste sentido ficam as perguntas: os agentes de fiscalização da prefeitura não acessam esses lugares? Existe mesmo um setor da prefeitura dedicado à fiscalização da acessibilidade nos espaços públicos como é divulgado? O percurso analisado inclui vias importantes da cidade, em que um número significativo de pessoas circula diariamente, a pé ou com veículos particulares e/ou transporte público, além disso essas apropriações estão a vista de todos, algum fiscal certamente já o percorreu em algum momento, o que nos faz questionar se há interesse real das instituições públicas na aplicação das sanções previstas.

Além desses questionamentos, podemos imaginar que talvez não existam denúncias sobre essas irregularidades. Se for esse o caso, qual seria o motivo da ausência dessas denúncias? Será que o individualismo está causando algum tipo de cegueira nas pessoas que passam por esses espaços e não fazem nada? Ou será que não se denuncia para não ser denunciado? Uma espécie de pacto coletivo em prol da preservação de benefícios individuais no contexto da cidade. Metaforicamente falando um ladrão não tem interesse no aumento da força policial, mesmo que o roubo tenha acontecido longe de sua área de atuação.

E os afetados? Por que eles também não denunciam? Será que já se acostumaram com as dificuldades a ponto de não mais enfrentá-las em todos os sentidos? Ou estão acostumados a não serem ouvidos? Houve uma normalização desses obstáculos nos trajetos diários dessas pessoas? Não acreditam na capacidade do poder municipal de regular os passeios públicos como nos fala Bauman (2007)? Ou estariam desviando seu caminho para não passar por esses lugares, ampliando sua costura urbana como sugere Jacobs (2011)?

Se essas denúncias estiverem acontecendo, qual o motivo para que as providências previstas no Código de Posturas do Município não sejam tomadas? Falta de pessoal para aplicar as multas? Falta de pessoal para orientar a população e auxiliar os proprietários na readequação dos espaços? Será mesmo que as ferramentas oferecidas pela prefeitura para a manutenção da acessibilidade na cidade estão ativas, como propagado? Ou será que a prefeitura está tão limitada quanto aos seus recursos (financeiros e de pessoal) que precisa escolher qual tarefa será realizada? Neste caso, será que na definição das prioridades de ação do poder público municipal, devido à necessidade de economia de recursos, não tenha a garantia de acessibilidade para todos como uma ação importante o suficiente para que os mecanismos previstos para sua implementação sejam efetivos?

E quanto aos proprietários dos lotes? Será que estão cientes de suas responsabilidades com os passeios? Será que, em algum momento, receberam a informação de que o cuidado com o espaço público de passagem em frente ao seu lote é de sua responsabilidade, mesmo que não seja de sua propriedade? Será que essas pessoas não veem os pedestres desviando de suas intervenções e se colocando em risco para poderem chegar aos seus destinos? Será que esses proprietários não usam as calçadas o suficiente para perceber a importância da possibilidade de seu uso de uma maneira segura e confortável? Será que essas pessoas que não usam as calçadas não percebem, ao dirigir, que existem pessoas caminhando nas ruas? Será que não questionam os motivos que levam as pessoas a arriscarem a sua integridade física ao dividir o espaço com veículos se o uso das calçadas é uma alternativa? Será que

essas pessoas não têm, em seu círculo de amizades, família ou trabalho, alguém que sofra com essa forma de lidar com o espaço público ao ponto de imaginar a necessidade de acessibilidade como algo inexistente?

Existe ainda o questionamento acerca da possibilidade de estarmos lidando com a associação de diversos destes fatores, o que acrescenta complexidade ao quadro e pode corroborar ainda mais com as questões apontadas no trabalho quanto ao reflexo negativo do individualismo quando se vive em comunidade. É o proprietário que se apossa do espaço público para não precisar fazer alterações complexas que gerariam custos elevados, é o usuário do espaço público que não possui deficiências ou limitações de mobilidade que impeça a sua circulação por essas calçadas que não precisam se mobilizar para o registro de denúncias, é aquele que circula pela cidade sem usar as calçadas e não percebe esse problema de forma contundente o suficiente para tomar qualquer tipo de atitude que desvie sua atenção e energia de suas próprias questões, é aquele que usa os espaços que se beneficiaram destas estruturas (como os clientes das lojas que instalam escadas sobre as calçadas e, por conta dessa intervenção, economizam alguns passos que teriam que dar caso o único acesso ao espaço acontecesse somente pela frente do lote) e, por fim, são as instituições que, devido à falta de denúncia, não se sentem impelidos a despender recursos para fiscalização, notificações e multas aos proprietários infratores. É como se houvesse um pacto entre os entes, que se beneficiam da invisibilidade dos mais fragilizados dentro deste contexto, para que não sejam obrigados a fazerem alguma coisa a respeito dessas apropriações, mesmo que a solução para o problema também os beneficie de forma indireta.

5. Conclusões

Este trabalho contribui para os estudos urbanos ao apresentar os prejuízos que um comportamento associado à contemporaneidade, como o individualismo e a falta de empatia, e sua ação sobre o espaço público causam a dois grupos específicos: pessoas com mobilidade reduzida e mulheres, principalmente aquelas envolvidas diretamente no trabalho de cuidado, por meio da análise das ações sobre os passeios públicos em Cuiabá. O espaço público, como o próprio nome sugere, é destinado a todas as pessoas, independentemente de quaisquer construções sociais, credo ou configuração física. Regulamentos e normas de uso desse espaço são importantes para que sua ocupação coletiva seja harmoniosa e o direito de todos seja preservado, e estes regulamentos existem e estão disponíveis para quaisquer interessados.

Qualquer limitação imposta ao uso desse espaço, seja por barreiras físicas ou sociais, deve ser problematizada e discutida em busca de soluções, com estratégias e prazos de implementação para que sejam resolvidas. Ignorar questões importantes, como os desafios impostos por barreiras que dificultam o acesso à cidade, é impor limites a aspectos essenciais da vida em coletividade. A identificação dos elementos que oferecem essas barreiras, seus agentes e mecanismos de funcionamento, físicos ou sociais, e o reconhecimento de que são questões a serem solucionadas é um primeiro passo para o desenvolvimento de propostas que visem resolvê-las.

Estamos submetidos a um regime de invisibilidade para problemas cujas soluções não são fáceis, adaptando-nos até o ponto em que não se possa mais empurrar a solução para o futuro. O problema é que esse tipo de atitude não impede a repetição do padrão e a tendência é que ele volte a acontecer. É a liquidez do nosso tempo sugerindo que o limite não sumiu por completo, está apenas se reconfigurando conforme soluções paliativas são aplicadas. Há momentos em que é necessário mudar o curso das coisas e enfrentar as complexidades de questões que envolvem as inúmeras variáveis das relações das pessoas com a cidade para que possamos ter uma vida coletiva melhor.

Infelizmente, com o aumento do tempo gasto em entretenimento virtual, não acreditamos que experiências de conexão e desenvolvimento de relações interpessoais se ampliem em breve. Isso nos faz questionar se teremos um retorno da empatia na construção dos espaços da cidade ou se ainda teremos que contar com leis que obriguem a realização do mínimo e a reestruturação dos mecanismos para que sejam eficientes. Neste contexto as questões levantadas por Byung-Chul Han e Bauman se mostram latentes, pois foram facilmente verificadas ao longo do percurso feito para a realização deste trabalho.

Para contribuir ainda mais com os estudos do urbanismo e da sociologia, sugerimos a ampliação das áreas de levantamento quanto à invasão das calçadas para verificar a possibilidade de existência de um padrão nessas intervenções por área dentro da cidade, por renda, topografia, idade do bairro e das construções, condições legais dos lotes e dos proprietários. Também sugerimos o levantamento, junto aos proprietários, acerca da consciência quanto a sua responsabilidade com o espaço público urbano, além do registro de outros tipos de infrações na configuração, geradas por particulares ou pelas próprias instituições, para, a partir de sua identificação e categorização, servir de apoio para a elaboração de políticas públicas municipais que permitam mitigar o problema da acessibilidade para todos em Cuiabá.

Referências

- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.
- HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Gianchini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Kindle.
- HAN, B. C. *Agonia do eros*. Tradução de Enio Paulo Gianchini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a. Kindle.
- HAN, B. C. *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Gianchini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b. Kindle
- HAN, B. C. *No enxame*. Tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. Kindle
- HAN, B. C. *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Tradução de Lucas Machado – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. Kindle
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 139-156, 2002.
- HIRATA, H. O trabalho de cuidado. *Sur Rev Int Direitos Human*, v. 13, p. 53-64, 2016.
- HIRATA, H. *O cuidado: teorias e práticas*. Boitempo Editorial, 2022.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. – 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – Coleção Cidades.
- KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Tradução de Thereza Roque da Motta. – Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- SOUZA, M. D.; FERRAZ, D. L. A (Im) produtividade do Trabalho Reprodutivo e a Exaustão das Mulheres na Contemporaneidade. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, p. e220342, 2023.
- CRUZ, V. V. et al. Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 4, p. e168943053-e168943053, 2020.

La Empatía y la Accesibilidad: estudio de caso en Cuiabá

Resumen

El artículo explora la relación entre individualismo y accesibilidad en el espacio urbano, centrándose en las aceras de Cuiabá. El estudio examina cómo la apropiación indebida de las aceras para fines privados refleja el pensamiento individualista e impacta negativamente la movilidad y la seguridad de personas con movilidad reducida y mujeres, especialmente aquellas involucradas en el trabajo de cuidado. El análisis revisa la literatura sobre individualismo, destacando autores como Byung-Chul Han y Zygmunt Bauman, y aborda cuestiones de

género en el urbanismo, con referencia a Leslie Kern. La investigación de campo registra ejemplos de aceras indebidamente apropiadas que impiden el tránsito seguro de los peatones. El artículo señala que la falta de accesibilidad y de conciencia colectiva representan desafíos significativos para la vida de las mujeres en espacios urbanos y ofrece recomendaciones para políticas públicas e investigaciones futuras sobre el tema.

Palabras Clave: Individualismo, accesibilidad; urbanismo; trabajo de cuidado; género y espacio público.

Empathy and Accessibility: case Study in Cuiabá

Abstract

The article explores the relationship between individualism and accessibility in urban spaces, focusing on the sidewalks of Cuiabá. The study examines how the improper appropriation of sidewalks for private purposes reflects individualistic thinking and negatively impacts the mobility and safety of people with reduced mobility and women, especially those involved in caregiving work. The analysis reviews the literature on individualism, highlighting authors like Byung-Chul Han and Zygmunt Bauman, and addresses gender issues in urbanism, with reference to Leslie Kern. The field research records examples of sidewalks improperly appropriated, hindering the safe passage of pedestrians. The article points out that neglecting accessibility and lacking collective awareness represent significant challenges for women's lives in urban spaces and offers recommendations for public policies and future research on the topic.

Keywords: Individualism; accessibility; urbanism; caregiving; gender and public space.

Empathie et accessibilité: étude de cas à Cuiabá

Résumé

L'article explore la relation entre l'individualisme et l'accessibilité dans l'espace urbain, en se concentrant sur les trottoirs de Cuiabá. L'étude examine comment le détournement des trottoirs à des fins privées reflète une pensée individualiste et comment cela impacte négativement la mobilité et la sécurité des personnes à mobilité réduite et des femmes, en particulier celles impliquées dans le travail de aide soignant. L'analyse passe en revue la littérature sur l'individualisme, en mettant en évidence des auteurs tels que Byung-Chul Han et Zygmunt Bauman, et aborde les questions de genre dans l'urbanisme, en référence à Leslie Kern. La recherche in situ a permis de relever des exemples de trottoirs à usage détourné qui entravent le passage en toute sécurité des piétons. L'article souligne que la négligence de l'accessibilité et le manque de prise de conscience collective représentent des défis importants pour la vie des femmes dans les espaces urbains et propose des recommandations pour les politiques publiques et les recherches futures sur le sujet.

Mots-clés : Individualisme ; accessibilité; urbanisme; travail de aide soignant; genre et espace public.